

O Enigma das Máscaras

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Onde estabelecer o limite entre a arte e a sociedade, entre a expressão estética e a significação, entre função social e função simbólica? A leitura do último livro do Professor Claude Lévi-Strauss, *La Voie des Masques*, agora em sua segunda edição (Plon, 1979), (*) nos propõe todas essas interrogações. E, mais ainda, encaminha algumas soluções. Trabalhando com um conjunto de grupos indígenas situados na costa nordeste do Pacífico, entre a Colúmbia Britânica e o Alasca, Lévi-Strauss procura penetrar no mundo simbólico dos povos Salish e Kwakiutl, através da análise de suas máscaras e dos Déné, por meio de suas placas de cobre trabalhadas; placas que, de uma certa maneira, reproduzem, igualmente, máscaras suficientemente estilizadas para exprimir uma figura numa superfície plana. Embora a beleza do livro nos convide a lê-lo como uma obra de etnologia da arte, isso seria apenas uma primeira e superficial impressão. A rigor, o livro nos conduz pelos caminhos da criação estética à lógica da criação de símbolos. “Les sentiers de la Création”, subtítulo da primeira edição *La Voie des Masques* (Genève, Skira, 1975) indica, certamente, que os caminhos abertos por Lévi-Strauss o foram no campo da lógica e não no da estética. A arte estaria, assim, tão-somente na concepção artística do livro, traço, aliás, característico de algumas obras do autor, como *La Pensée Sauvage* e os volumes de *Mythologiques*. *La Voie des Masques* é, sem dúvida, uma bem sucedida tentativa de elucidação de um tradicional e desafiador enigma

(*) *La Voie des Masques*: édition revue, augmentée et rallongée de *Trois Exursions*. Librairie Plon, 1979, 147 p.

em que a Etnologia sempre tropeçou: o que podem as máscaras nos ensinar?

Lévi-Strauss não apenas deslinda o problema para os Salish, Kwakiutl e Déné, como também estabelece as bases sobre as quais um novo tipo de conhecimento é possível. É a construção de um novo caminho — “a via das máscaras” — por meio do qual se poderá alcançar certas dimensões da realidade humana extremamente significativas para a ampliação do conhecimento etnológico. Assentando as pedras para a edificação desse caminho, escreve Lévi-Strauss: “Seria pois ilusório imaginar, como etnólogos e historiadores da arte ainda o fazem atualmente, que uma máscara e, de maneira mais geral, uma escultura de um quadro possam ser interpretados cada um por sua conta, pelo que eles representam ou pelo uso estético ou ritual a que se destinam. Temos visto que, ao contrário, uma máscara não existe em si; ela supõe, sempre presentes ao seu lado, outras máscaras reais ou possíveis que poderiam ser escolhidas para substituí-la” (p. 144). Esclarecimento feito ao final da primeira parte do livro (cap. XI), portanto, depois de uma fascinante e vigorosamente desenvolvida análise estrutural, acrescenta: “Discutindo um problema particular, esperamos haver mostrado que uma máscara não é inicialmente o que ela representa mas o que ela transforma, isto é, a escolha de não representar. Como um mito, uma máscara nega na medida em que afirma; ela não é feita somente do que diz ou acredita dizer, mas do que exclui” (ibidem).

A demonstração disso é feita em toda a primeira parte do livro que, na edição de 1975 (publicada em dois volumes amplamente ilustrados), constitui a totalidade da obra; a segunda parte, adicionada à edição que ora tratamos — e intitulada *Trois Excursions* — representa a inclusão de três ensaios escritos separadamente e para finalidades diversas, mas que se articulam perfeitamente com o conjunto da obra, como veremos adiante. É assim que a sua demonstração começa por afirmar que as máscaras Salish apresentam características invariantes em diferentes níveis: plástico, mitológico, sociológico e semântico. Em seguida, Lévi-Strauss procura mostrar, por meio de uma análise das versões Nootka e Kwakiutl das máscaras *swaihwé* produzidas pelos Salish, como esse processo de transferência (empréstimo cultural) faz com que os elementos plásticos das máscaras sejam mantidos, enquanto as mensagens por elas transportadas são invertidas. Vê-se, assim, que a mesma metodologia desenvolvida no estudo dos mitos é aqui aplicada. “Todo mito ou seqüência de mito permaneceria incompreensível se cada mito não fosse

oposto a outras versões do mesmo mito ou a mitos aparentemente diferentes (...)" (p. 58) "Admitamos pois, a título de hipótese de trabalho, — continua Lévi-Strauss — que a forma, a cor, os aspectos que nos parecem característicos das máscaras *swaihwé* não possuem significação própria, ou que esta significação tomada à parte é incompleta. Todo esforço para interpretá-las isoladamente seria, assim, vão. Admitamos, em seguida, que esta forma, estas cores e estes aspectos são indissociáveis de outros aos quais se opõem, uma vez que foram escolhidos para caracterizar um tipo de máscara cuja razão de ser (ainda que não a única) foi a de contradizer o primeiro tipo. Nessa hipótese, apenas uma comparação de dois tipos permitirá definir um campo semântico no interior do qual as funções respectivas de cada tipo se completam mutuamente. É ao nível deste campo semântico global que devemos procurar nos colocar" (p. 59).

Embora as versões Nootka e Kwakiutl das máscaras *swaihwé* dos Salish (denominadas em Kwakiutl *xwéxwé* ou *kwékwé*) exprimam um semblante animado de uma expressão violenta, elas preservam todas as características presentes nas máscaras *swaihwé*: olhos protuberantes (cilíndricos), boca de forma adunca (um bico de pássaro na *swaihwé* ou uma língua pendente na forma *xwéxwé*) e indistintamente esbranquiçados (preponderância do branco). Veremos que tais características vão se contrapor a um outro tipo de máscara, produzida na cultura Kwakiutl e denominada *dzonokwa*: olhos profundos e semicerrados, boca pequena e entreaberta, escura (preponderância do preto) e expressão terrificante. Como Lévi-Strauss trata de interpretá-las? Impossível aqui reproduzir toda sua argumentação e análise. Bastaria dizer — incentivando assim o leitor a trilhar, por sua própria conta, a via das máscaras — que para cada tipo de máscara existe um conjunto de mitos fundadores e que as relações de transformação entre eles são homólogas às transformações entre as máscaras, apenas nelas expressas em termos plásticos (cf. p. 19). Por esse motivo é que, mais do que de máscaras, é de mitos que estão povoadas as páginas do livro!

É assim que, contrastando as máscaras e os mitos *dzonokwa* com as máscaras *swaihwé* e seus mitos fundadores, Lévi-Strauss chega a uma interessante conclusão — destacada aliás, por um comentador (D. Biebuyck, *American Anthropologist*, vol. 79, 4, p. 658) —, segundo a qual as máscaras e as esculturas *dzonokwa* estão em oposição complementar com as *swaihwé* aos níveis plástico, sociológico e semântico. Ao nível plástico, o tipo *swaihwé* dos Salish e o tipo *xwéxwé*

dos *Kwakiutl* são correlatos, enquanto se opõem ao tipo *dzonokwa* dos *Kwakiutl* (*swaihwé* + *xwéxwé/dzonokwa*); ao nível sociológico ou sócio-cultural, teríamos a relação que se segue: *xwéxwé* + *dzonokwa/swaihwé*; e ao nível semântico, *swaihwé* + *dzonokwa/xwéxwé* (cf. M. Izard, *L'Homme*, vol. XVI, 4, p. 144). A forma canônica gerada por esse grupo de transformações é a seguinte: “Quando, de um grupo a outro, a forma plástica se mantém, a função semântica se inverte. Ao contrário, quando a função semântica se mantém, é a forma plástica que se inverte” (p. 88). E, estendendo o paradigma às placas de bronze dos Deni — placas que representam a riqueza e que seguem o mesmo ciclo das máscaras nos intercâmbios e nas alianças entre os grupos —, Lévi-Strauss observa que, entre os Deni, elas possuem funções inversas àquelas que lhes são atribuídas pelos *Kwakiutl* e àquelas atribuídas às máscaras *swaihwé* pelos Salish. “Se os cobses apresentam o aspecto geral das máscaras *swaihwé* é que, entre os *Kwakiutl*, eles têm lugar ao mesmo tempo como causas de riquezas e como meios de aliança matrimonial (...). Para duas populações diferentes mas contíguas, e que estiveram ligadas por toda sorte de trocas comerciais e matrimoniais (...) os cobses e as máscaras *swaihwé* constituem soluções paralelas aos mesmos problemas” (p. 138).

Como justificar uma análise num quadro tão extenso formado por populações tão diversas, ainda que contíguas, se considerarmos a amplitude do espaço geográfico envolvido? Lévi-Strauss aduz aqui um argumento que cabe transcrever: “Uma das noções mais perniciosas que nos legou o funcionalismo, e que mantém ainda tantos etnólogos sob o seu império, é aquela dos povos isolados, fechados sobre si mesmos, vivendo cada um por sua própria conta uma experiência particular de ordem estética, mítica ou ritual” (p. 145). Isso significa que se desconhece que já antes da era colonial, o mundo ocidental exerceu séculos de ação destrutiva à distância, através de germes patogênicos e seus produtos exportados, mesmo naquelas regiões melhor protegidas (cf. *ibidem*). E é por isso que se pode dizer que, “Com poucas exceções, nada do que se passava em uma população era ignorado em suas vizinhas e as modalidades segundo as quais cada uma se explicava e representava o universo eram elaboradas num diálogo ininterrupto e veemente” (p. 145). Por isso, a análise comparativa de teor estruturalista, a única possível com esse tipo de material — se não se deseja cair em modalidades frazerianas —, não só é possível, como necessária. Ao considerar as populações indígenas de uma larga região do Pacífico

Norte, suas representações e seus espaços sociais e geográficos, a análise estrutural, longe de “dar as costas à história”, dá-lhe uma vigorosa contribuição (cf. p. 35). E como é possível? “Por intermédio de operações lógicas que projetam à distância, transformam ou invertem as representações, uma história à escala milenar que se desenvolve no extremo norte, virá se imbricar com uma outra mais recente e de periodicidade mais curta (...): desenvolvimento de tradições locais que preservam a lembrança, mesmo se elas se transfiguram em acontecimentos míticos. (...) Sobre essa imensa extensão, essas crenças, práticas e obras permanecem ligadas umas às outras quando elas se imitam, e mesmo, talvez sobretudo, quando elas parecem infligir desmentidos. Pois, tanto num caso como no outro, elas se equilibram além das fronteiras lingüísticas, culturais e políticas cuja transparência toda nossa argumentação provou (...)” (p. 148).

A transparência das fronteiras intertribais ou interétnicas fica bastante evidente quando Lévi-Strauss menciona a questão do estilo da obra de arte. E, ver-se-á, que diferentemente de uma etnologia meramente difusionista ou aculturativa, as considerações do autor remetem para o caráter pouco casual dos empréstimos culturais — se assim podemos dizer —, vendo neles determinações estruturais perfeitamente inteligíveis ao nível de operação de princípios, tais como o de contrastividade. “Refletindo-se sobre alguns tipos de máscaras de povoações americanas, poderíamos colocar um problema muito mais vasto: o do estilo. Estilos contemporâneos não se ignoram mutuamente. Mesmo entre povos ditos primitivos, uma certa familiaridade se forma por ocasião das guerras seguidas de pilhagens, de cerimônias intertribais, de casamentos, mercados e trocas comerciais ocasionais. A originalidade de cada estilo não exclui, pois, os empréstimos; ela se explica mais por um desejo consciente ou inconsciente de se afirmar diferente, de escolher, entre todos os possíveis, aqueles que a arte dos povos vizinhos recusou” (p. 144; o grifo é meu). Ora, isso nos propõe interessantes questões não exploradas por Lévi-Strauss e se ligam, intimamente, às máscaras como símbolos de identidade étnica. Elas não exprimem plasticamente apenas cosmologias ou mitologias tribais; provavelmente — e essa é uma questão —, as diferenças estilísticas entre máscaras de um mesmo tipo (seja *swaihwé*, seja *dzonokwa*) devem apontar, para além das singularidades de estilo do artesão que as produziu, as particularidades do grupo étnico produtor. A consideração do princípio da contrastividade, essencial à elaboração de uma estilística das máscaras — como

nos mostra Lévi-Strauss —, é, igualmente, essencial à construção de uma teoria de identidade étnica, como temos procurado demonstrar alhures. Nesse sentido, a via das máscaras poderá ser bastante fecunda para investigações que tenham por alvo a identidade étnica, sua formação, sua dinâmica (produto de seu exercício) e as ideologias e representações que a envolvem.

Muito mais se poderia comentar sobre os onze capítulos que compõem a primeira parte dessa segunda edição de *La Voie des Masques*. Preferimos, no entanto, deixar que o leitor faça, ele mesmo, a sua caminhada e a conclua, acompanhando Lévi-Strauss em suas excursões, com as quais se encerra o livro. Cada uma delas foi elaborada separadamente e as três guardam perfeita autonomia entre si. Entretanto, por partilharem a mesma temática da primeira parte e se referirem à mesma realidade etnográfica, são facilmente articuláveis, dando ao livro indiscutível unidade. A primeira excursão, intitulada “Au delà du *swaihwé*”, foi escrita para o livro *Explorations in the Anthropology of Religion: Essays in Honour of Jan van Baal*, (The Hague, Martinus Nijhoff, 1975), editado por W. E. A. van Beek e J. H. Scherer, com o título original “Histoire d’une structure”. É um texto curto e conciso onde Lévi-Strauss procura mostrar, mais uma vez, a relação entre a análise estrutural e a história, devotando-se aos grupos Salish a área por eles ocupada e à difusão da máscara *swaihwé*. Afirmando que entre os povos ágrafos a história localizada e curta tende a nos escapar, será graças à análise estrutural aplicada sobre o sistema de representações — particularmente às máscaras e aos seus mitos fundadores — que se logrará penetrar no nexos de uma história parcamente documentada e fragilmente memorizada na consciência coletiva. Interessante registrar aqui a relação de correlação e oposição entre o vento e o sismo, plasmados nos mitos dos grupos da região e perfeitamente coerentes com os respectivos ecossistemas locais. É quando o mito e a máscara corroboram a própria geografia e a mobilidade das tribos Salish e Kwakiutl. É quando a análise estrutural mostra-se compatível com as investigações etnohistóricas.

A segunda excursão “L’organisation sociale des Kwakiutl”, elaborada originalmente para *Culture, science et développement: Mélanges en l’honneur de Charles Morazé* (Toulouse, Privat, 1979) com o título “Nobles Sauvages”, escapa um pouco à temática central do livro, se bem que se constitua num excelente texto de apoio para a compreensão dos Kwakiutl como uma totalidade. Incluído, assim, no pre-

sente livro, com algumas modificações e acréscimos, o ensaio completa as informações lacônicas contidas na primeira parte do livro (especialmente, p. 87) sobre a organização social desses índios. Mas, em nossa opinião, mais do que isso, o texto se articula (talvez antecipe) com as investigações que Lévi-Strauss vem conduzindo em seus Seminários do *Collège de France* desde 1977, conforme atestam seus resumos de curso publicados nos anuários daquela instituição (anos 78, 79, 80). O objetivo é dar conta das sociedades de parentesco bilateral e de filiação indiferenciada. E a instituição que parece ser central nessas estruturas não elementares de parentesco é a “Maison”. Nos cursos, Lévi-Strauss percorre a Indonésia, a Melanésia, a Nova Guiné, entre outras regiões do mundo, numa apreciação crítica da literatura disponível. O caso aqui tratado, dos Kwakiutl, se insere, portanto, nessa linha de interesse e é para o leitor uma oportunidade de acompanhar o que se poderia qualificar como um retorno de Lévi-Strauss às suas preocupações dos anos 40 e 50: a organização social e o parentesco. É um belo ensaio e extremamente sugestivo.

A terceira e última excursão, “Les Dessous d’un Masque”, incluída no livro com as necessárias alterações e adições, teve sua versão original publicada na revista *L’Homme: revue française d’anthropologie* (XVII, I, 1977, p. 5-27) e representa no livro uma retomada de sua temática central. Somente que aqui, mais do que a presença de um determinado tipo de máscara (a *swaihwé* para os Salish, a *xwéxwé* para os Kwakiutl), é a sua ausência mais ao norte, entre os Tsimshian, os Haida e os Tlingit, que propõe a questão a ser resolvida. Com as palavras de Lévi-Strauss, “é como se, há algumas centenas de quilômetros do lugar que se supõe ser sua origem, a máscara, os mitos e os ritos que lhe são associados, as funções sociais e econômicas que ela cumpre subitamente não encontram eco”. E continua o autor: “Esta fronteira propõe um problema, pois ela corta em duas uma vasta região cujos habitantes não cessaram de emprestar mutuamente mitos, ritos, motivos decorativos e objetos. Esses povos eram grandes viajantes: sós ou em grupos, com todo gosto eles realizavam visitas” (p. 193). Com tudo isso, passa a ser surpreendente que esse complexo cultural, “cuja máscara *swaihwé* ou *xwéxwé* ocupa o centro, não tenha deixado traços em todos os grupos, mesmo se a existência da máscara não seja diretamente atestada; ou, se se prefere, (...) que não se possa assinalar os índices de fundo comum de onde somente os Salish e os Kwakiutl teriam tirado a matéria dos mitos, dos ritos e das obras plásticas, formando um conjunto organizado” (p. 194). Esse é o problema

e a ele Lévi-Strauss se aplica, seguindo a mesma metodologia que caracteriza *La Voie des Masques* (Primeira Parte, *passim*). Nada mais teríamos a acrescentar a essas considerações, salvo recomendar sua leitura a estudantes e professores da Antropologia e nos congratularmos com a *Librairie Plon* por essa bem concebida segunda edição, revista e enriquecida com *Trois Excursions*.